



ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

A Secretaria de Educação e Cultura comunica a data para apresentação dos documentos para o 39º chamamento no Processo Seletivo 001/2010, para contratação do ano letivo de 2011.

DATA	HORÁRIO	CARGO	CANDIDATOS CLASSIFICADOS
27/06/2011	8h30m	PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO	Nº11 ATÉ Nº15

Os candidatos acima classificados deverão se apresentar na Secretaria de Educação e Cultura, situada a Rua Goiânia – 104 – Centro – Camboriú, nas datas e horários estabelecidos.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Segue abaixo relação de documentos e declarações que deverão ser apresentados no ato da escolha de vaga:

**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO (ACT' S)**

Devem ser apresentadas cópias dos seguintes documentos, juntamente com o original para conferência:

RELAÇÃO DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO
<b>DOCUMENTOS ORIGINAIS E CÓPIAS</b>
2 Fotografia (3X4 ATUAL)
Comprovante de residência
RG
CPF
Comprovante de inscrição no conselho de classe, respectivo (quando couber)
Comprovante do nível de escolaridade exigido para o cargo (conforme Edital)
Certidão de casamento
PIS/PASEP
CTPS
Título de eleitor
Certificado de reservista (se masculino)
CNH (Quando couber)
Autorização para depósito na conta supra
Nº da conta e banco (copia cartão ou documento banco)
Certidão de nascimento de filhos menores
<b>DOCUMENTOS ORIGINAIS</b>
Atestado médico admissional saúde física
Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública as penalidades previstas no art. 137 e parágrafo único da Lei 8.112/90
Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego público ou percepção de proventos
Declaração de acumulação legal de cargo público, constando o cargo, carga horária, local de trabalho
Declaração de IR (COMISSIONADO), ou declaração de isento IR
Declaração com firma reconhecida de bens ou de não possuir bens
Declaração de quitação com as obrigações eleitorais e de estar em pleno gozo dos direitos políticos
Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual e Federal



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

## AUTORIZAÇÃO DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE

Declaro para os devidos fins e a quem interessar possa que eu,....., portador(a) do CPF nº. .... e RG nº. .... autorizo o depósito, referente a minha remuneração salarial no Banco Itaú na Agência N°....., conta ..... da cidade de **Camboriú.**

---

**Assinatura do servidor**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

Camboriú - SC, ...../...../.....



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e a quem interessar possa que eu,..... portador(a) do CPF nº..... e RG nº....., não sofri, no exercício de função pública as penalidades previstas no art. 137 e parágrafo único da Lei 8.112/90.

Lei 8.112/90 = Art. 137. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do art. 117, incisos IX e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço público federal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 132, incisos I, IV, VIII, X e XI.

Art. 117. Ao servidor é proibido:

- I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;
- II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
- III - recusar fê a documentos públicos;
- IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;
- V - promover manifestação de apreço ou desprezo no recinto da repartição;
- VI - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;
- VII - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;
- VIII - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;
- IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
- X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário; ([Redação dada pela Lei nº 11.784, de 2008](#))
- XI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;
- XII - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
- XIII - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;
- XIV - praticar usura sob qualquer de suas formas;
- XV - proceder de forma desidiosa;
- XVI - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;
- XVII - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;
- XVIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;
- XIX - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado. ([Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97](#))

Parágrafo único. A vedação de que trata o inciso X do caput deste artigo não se aplica nos seguintes casos: ([Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008](#))

I - participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros; e ([Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008](#))

II - gozo de licença para o trato de interesses particulares, na forma do art. 91 desta Lei, observada a legislação sobre conflito de interesses. ([Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008](#))

Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

- I - crime contra a administração pública;
- II - abandono de cargo;
- III - inassiduidade habitual;
- IV - improbidade administrativa;
- V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;
- VI - insubordinação grave em serviço;
- VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
- VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos;
- IX - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;
- X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;
- XI - corrupção;
- XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;
- XIII - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117.

Por ser verdade, assino o presente.

ASS: \_\_\_\_\_

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

“Camboriú, uma cidade feliz por natureza”  
Rua Goiânia – 104- Centro – Camboriú – (47) 336540020



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Camboriú - SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que eu, \_\_\_\_\_ portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_, exerço o Cargo Público de \_\_\_\_\_, lotado na Secretaria \_\_\_\_\_, com carga horária de \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, estando desta forma amparado pela alínea c, do inciso XVI, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Por ser verdade, firmo a presente.

Camboriú (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

\_\_\_\_\_  
DECLARANTE



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que eu,  
\_\_\_\_\_, portador da cédula de  
identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF/MF sob nº  
\_\_\_\_\_, não acumulo Cargos Públicos ou de Condições de Acumulação  
Amparada pela constituição.

Por ser verdade, afirmo o presente.

Camboriú(SC), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

\_\_\_\_\_  
Declarante

## DECLARAÇÃO



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Declaro para os devidos fins e a quem interessar possa que eu,..... portador(a) do CPF nº..... e RG nº....., não tenho bens imóveis a declarar.

Por ser verdade, assino o presente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
Camboriú - SC, .....

---

Declarante

## **DECLARAÇÃO**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Declaro para os devidos fins e a quem interessar possa que eu,..... portador(a) do CPF nº..... e RG nº....., tenho os seguintes bens:

- 1)
- 2)
- 3)
- 4)

Por ser verdade, assino o presente.

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

Camboriú - SC, .....